



Editor: Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhimire
Repórteres: Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale

Número 32 - 10 de Junho de 2019

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPze> a versão em inglês tinyurl.com/sub-moz

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Filipe Nyusi ganha mais 370 mil votos com a manipulação do recenseamento

A manipulação do recenseamento eleitoral poderá dar pouco mais de 370 000 votos extras ao candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, o que representa 6% do número total dos votos válidos previstos para as eleições deste ano, segundo nossos cálculos.

Dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2017 mostram que 47% da população em Moçambique é maior de 18 anos de idade, o que significa que tem idade para votar. No recenseamento eleitoral deste ano, os órgãos de administração eleitoral assumiram que 80% da população na província de Gaza é composta por pessoas maiores de 18 anos de idade e que, na Zambézia, apenas 41% da população é adulta. Nenhum estudo teria mostrado antes que os pais da província de Gaza tinham tão poucos filhos em relação aos da província Zambézia.

Com base nestes cálculos estranhos de distribuição da população de crianças e adultos no país, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), alocou brigadas de recenseamento a mais para as províncias de Maputo e Gaza e muito poucas na província da Zambézia. O STAE identificou um número tão elevado de adultos que não havia sido previsto pelo RGPH. Na província de Gaza foram recenseados 161% de leitores, o que significa que o RGPH deixou de fora mais do que 400 000 pessoas nesta província, uma margem de erro extraordinariamente alta.

Porque ninguém reportou antes o erro havido no RGPH de 2017 e as agências das Nações Unidas nunca classificaram a província de Gaza como a que tem o menor número de crianças no mundo, conclui-se, simplesmente, que o STAE e a Comissão Nacional de Eleições manipularam os dados do recenseamento.

O Boletim procurou medir o impacto desta manipulação. Para o efeito, aplicou as percentagens provinciais da votação e afluência na eleição presidencial de 2014 a dois conjuntos diferentes com o número total da população recenseada. O primeiro destes é o número total de eleitores inscritos no recenseamento de 2019 publicado pelo STAE na última semana. O segundo, por sua vez, é a previsão do número total de eleitores que seriam recenseados com base no RGPH de 2017. A tabela abaixo mostra as diferenças entre os dois conjuntos.

O Boletim comparou as projecções de voto para a eleição presidencial de 2019 usando o número de eleitores inscritos no recenseamento deste ano, com o número que havia sido previsto pelo RGPH de 2017. Os resultados mostram que os números oficiais apresentados pelo STAE poderão dar menos votos ao candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, na região norte do país e um elevado número de votos na província de Gaza e na

Diferença entre eleitores recenseados pelo STAE para a eleição presidencial vs projectados pelo INE	
Niassa	-15,409
Cabo Delgado	-8,041
Nampula	-17,477
Zambézia	-26,446
Tete	-12,906
Manica	15,025
Sofala	-15,631
Inhambane	11,004
Gaza	307,951
Maputo P	67,153
Maputo C	65,344
TOTAL	370,568
% do voto nacional	6%

provincia e cidade de Maputo. Só na provincia de Gaza, Nyusi ganha 307 000 votos (estes derivam do elevado número de pessoas que não havia sido estimado pelo RGPH de 2017). A tabela mostra as diferenças.

A explicação do nosso método completo está em <http://bit.ly/MocEG-32>.

Membros da Renamo na CNE quebram silêncio e denunciam manipulação de recenseamento

As avarias de equipamentos associadas a problemas de corrente eléctrica que afectaram negativamente o recenseamento eleitoral, comprometendo o alcance das metas em províncias como Nampula, Zambézia, Sofala, é resultado de decisão deliberada da direcção do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), segundo denunciou Fernando Mazanga, vogal da Comissão Nacional de Eleições (CNE) indicado pela Renamo.

O Director-Geral do STAE, Felisberto Naife, decidiu unilateralmente pela compra de 3 mil novos mobile ID não compatíveis com os kits de fornecimento de energia eléctrica, contrariando a recomendação dos técnicos do STAE e vogais da CNE de que os Mobile ID e as fontes de energia eléctrica que deviam fornecer os mesmos Mobile deviam ser fornecidos pela mesma entidade para permitir seu pleno funcionamento, disse Mazanga.

Assim, o vogal da CNE atribui ao director do STAE a responsabilidade pelas avarias das máquinas que usavam fontes de energia eléctrica não compatível. “O director-geral do STAE optou pela separação dos mobiles ID com as fontes de energia, facto que trouxe todo o drama que se verificou nas incompatibilidades entre estes”, disse Fernando Mazanga, falando em nome de todos os membros da CNE e do STAE indicados pela Renamo.

Mazanga que falava numa conferência semana passada na sede da Renamo em Maputo, disse que estava a quebrar o protocolo para dizer ao público o que ele e seus colegas indicados pela oposição têm estado a dizer na CNE mas são ignorados. Por lei, os vogais da CNE não devem aparecer em público a assumir posição política sobre o processo eleitoral.

Ditadura da maioria nos órgãos eleitorais

Durante a revisão da lei eleitoral em 2013/14, a Renamo defendeu a paridade nos órgãos de administração eleitoral. Queria que a CNE fosse composta por metade de membros indicados pela Frelimo e outra metade indicada pela Renamo. Depois de longa negociação política, precedida por um conflito armado, a Renamo perdeu a luta pela paridade na CNE e acabou ficando com a actual representação proporcional. Assim, a composição actual da CNE e do STAE é proporcional à percentagem da representação parlamentar dos partidos. A Frelimo, com maioria parlamentar

indicou, igualmente, a maioria dos membros da CNE.

A Renamo alega que apesar de estar representada na CNE e no STAE, a Frelimo está a usar a ditadura da maioria para passar as decisões, independentemente do posicionamento dos representantes da Renamo. É assim como sucede também no parlamento. O voto contra da oposição não é suficiente para chamar as leis. Basta o voto da maioria absoluta da Frelimo.

“Nós reclamamos antes no órgão apropriado. A única coisa que está a acontecer pela primeira vez é a declaração perante os órgãos de comunicação social. Não o fizemos antes porque tínhamos esperanças que todos os debates que aconteciam na CNE fossem levados em consideração. Como prova, existem as actas dos encontros”, disse Mazanga explicando porquê os membros da Renamo na CNE não conseguem travar as irregularidades.

A Lei (6/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei 30/2014, de 26 de Setembro) determina que o director geral do STAE é coadjuvado, nas suas funções, por dois directores adjuntos indicados pela Frelimo e pela Renamo. Mas, segundo Mazanga, quando o director geral do STAE é solicitado pelo Conselho de Ministros, não se faz acompanhar pelos seus adjuntos.

“O caso gritante foi do dia 28 de Maio de 2019, que achando-se no Conselho de Ministros, o porta-voz do STAE, apareceu em debate televisivo a afirmar categoricamente que não haveria prorrogação do recenseamento eleitoral, mesmo sem ter havido uma plenária da CNE para deliberar sobre o assunto”, disse.

Segundo Mazanga, os vogais da CNE indicados pela Renamo exigem a demissão do director-geral do STAE e caso não o faça voluntariamente prometem apresentar uma petição ao presidente da CNE, para os devidos efeitos.

Questionado se pensam que a demissão do director geral do STAE é a solução para estes

problemas indicados, Mazanga respondeu que não totalmente. “O sistema eleitoral está concebido de modo a criar aso para quem está no poder manter-se ciclicamente no poder. Mas, a atitude do director

geral do STAE cria muitas dúvidas. Sendo este o principal actor que cria impedimentos”, disse. ‘

Acordo de cavalheiro para não mexer na CNE antes das eleições?

Nove (9) dos 17 vogais da Comissão Nacional de Eleições (CNE) terminaram seu mandato de seis anos em Maio passado mas ainda não há plano para a substituição. Destes, 5 são indicados pela Frelimo, 3 indicados pela sociedade civil com apoio da Frelimo e um pelo MDM.

Dentre os membros da CNE com mandato expirado, inclui-se o actual presidente da CNE, Sheik Abdul Carimo Nordine Sau, o vice-presidente da CNE indicado pela Frelimo, António Chipanga, o porta-voz da CNE indicado pela sociedade civil (com apoio da Frelimo), Paulo Cuinica.

A Lei não é clara sobre a cessação do mandato dos membros da CNE. Para além de referir que o mandato tem a duração de seis anos, acrescenta que “o mandato dos membros da Comissão Nacional de Eleições cessa com a tomada de posse dos novos membros”, o que significa que caso não tomem posse novos membros, o mandato dos actuais se mantém. Este parece ser o acordo de cavalheiros alcançado pela Frelimo e a Renamo, de manter os actuais membros da CNE em funções até ao fim do processo eleitoral.

Depois de indicados, os membros da CNE são confirmados pela Assembleia da República durante sessão plenária convocada para o efeito. O Parlamento está encerrado neste momento, devendo reabrir em Setembro, um mês antes das eleições. A CNE acredita que não seria correcto trocar os vogais durante o ciclo eleitoral, pelo que apenas duas opções seriam válidas. A renovação de todos os membros ou a sua manutenção em função até o fim do ciclo, isto é, a validação dos resultados das eleições gerais em 2020.

A CNE é composta por 17 membros, também designados vogais. Cinco membros são representantes da Frelimo; quatro representantes da Renamo; um representante do MDM e sete representantes da sociedade civil (artigos 5 e 6 da

Lei 30/2014, de 26 de Setembro, que altera a Lei 6/2013, de 22 de Novembro).

Os actuais 17 membros da CNE tomaram posse em três grupos e em ocasiões diferentes. Consequentemente, cada grupo completa seis anos numa data diferente do outro.

- [Primeiro grupo empossado em Maio de 2013](#)
 1. Abdul Carimo Sau – presidente da CNE (sociedade civil);
 2. Rabia Valgy (sociedade civil)
 3. Paulo Cuinica (sociedade civil)
 4. António Chipanga – primeiro vice-presidente da CNE, (Frelimo)
 5. Rodrigues Timba (Frelimo)
 6. António Muacorica (Frelimo)
 7. Abílio da Conceição Diruai (Frelimo)
 8. Eugénia Chimpene (Frelimo)
 9. Barnabé Ncomo (MDM)
- [Segundo grupo, empossado em Março de 2014](#)
 10. Meque Brás – 2º vice-presidente (Renamo)
 11. Latino Caetano Barros Ligonha (Renamo)
 12. Celestino Taveiras da Costa Xavier (Renamo)
 13. Fernando Mazanga (Renamo)
- [Terceiro grupo, empossado em abril de 2014](#)
 14. Jeremias Timana (sociedade civil)
 15. Salomão Moyana (sociedade civil)
 16. Apolinário João (sociedade civil)
 17. José Belmiro (sociedade civil)

Aproximadamente duas dezenas partidos estão inscritos para as eleições de 2019

Até esta segunda-feira estavam inscritos 17 partidos políticos, incluindo a Frelimo, Renamo, MDM e o recém-criado PODEMOS. A inscrição é um pré-requisito para a apresentação de candidatura. O processo iniciou a 1 de Junho e termina no próximo sábado dia 15 e pode ser

prorrogado para segunda-feira, dia 17 nos termos da lei.

Paralelamente à inscrição dos partidos, decorre a submissão de candidaturas à presidência da República no Conselho Constitucional. Até aqui apenas Filipe Nyusi já submeteu a sua candidatura.

Foi na semana passada. Estava prevista para terça-feira, amanhã, a submissão da candidatura de Ossufo Momade, presidente da Renamo, mas a assessoria de imprensa do partido indicou, hoje, o

adiamento da mesma, sem avançar, no entanto, a próxima data nem os motivos.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês tinyurl.com/sub-moz.

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

Eleições Gerais 2019 é parte do Programa Votar Moçambique

Programa financiado por:

  Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique

Programa cofinanciado por:

  COOPERAÇÃO
AUSTRÍACA PARA O
DESENVOLVIMENTO